

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 114.079 - MG (2019/0168125-9)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
RECORRENTE : CLAUDINEY AVELAR DA SILVA
ADVOGADO : ALEXANDRE BOLCATO - MG093958N
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus*, com pedido de liminar, interposto por **CLAUDINEY AVELAR DA SILVA** contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Conta dos autos que o recorrente teve a prisão preventiva decretada em 14/3/2019, pela suposta prática dos delitos descritos nos arts. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006.

Impetrado *habeas corpus* na origem, a Corte local denegou a ordem em acórdão assim ementado:

"EMENTA: HABEAS CORPUS - TRAFICO DE DROGAS - PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA - ART. 310,11,C/C OS ARTS. 312 E 313, TODOS DO CPP - DECISÃO FUNDAMENTADA - GRAVIDADE CONCRETA E PROPENSÃO A PRÁTICA DELITIVA -RISCO A ORDEM PÚBLICA - WRIT DENEGADO. 1. A gravidade concreta do crime e a periculosidade revelada pelo *modus operandi* da conduta são motivos suficientes à custódia processual para garantia da ordem pública. 2. Atendidos os requisitos instrumentais do art. 313 do CPP, bem como presentes os pressupostos e ao menos um dos requisitos do art. 312 do CPP (garantia da ordem pública), deve ser a prisão preventiva mantida, não havendo que se talar em sua revogação, ou mesmo em substituição pelas medidas cautelares diversas da prisão previstas no art. 319 do CPP, pelo fato de estas se revelarem absolutamente insuficientes, ante a reiteração delitiva do paciente. 3. Denegado o *habeas corpus*." (e-STJ, fl. 104).

Nesta sede, alega a defesa a inexistência dos requisitos aptos à manutenção da prisão preventiva e fundamentação idônea no decreto preventivo.

Aduz que "O paciente preenche todos os requisitos para concessão da liberdade provisória visto haver endereço fixo, comprovante de residência anexados ao HC, demonstrada a desproporcionalidade em função da suposta quantidade de droga encontrada (...)" (e-STJ, fl. 125).

Pleiteia, em liminar e no mérito, o provimento do recurso para revogação da preventiva com a concessão da liberdade provisória, ainda que mediante aplicação de medidas cautelares.

É o relatório.

Decido.

A concessão de liminar em *habeas corpus* constitui medida excepcional, uma vez que somente pode ser deferida quando demonstrada, de modo claro e indiscutível, ilegalidade no ato judicial.

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2689 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 12 de Junho de 2019 Publicação: Quinta-feira, 13 de Junho de 2019

Na espécie, sem qualquer adiantamento do mérito da demanda, não vislumbro, ao menos neste instante, a presença de pressuposto autorizativo da tutela de urgência pretendida.

Ademais, o pedido confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual será analisado em momento oportuno.

Assim, **indefiro** o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Bom Sucesso/MG, em especial quanto ao andamento da Ação Penal n. 0080.19.000831-0, bem como a senha de acesso ao referido processo, por meio de malote digital, com urgência.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Cumprida a diligência acima referenciada, tornem-me conclusos.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

MINISTRO RIBEIRO DANTAS
Relator